UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS – (IHL)

ANTERO MENDES

INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSSAU NA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA)

REDENÇÃO-CE
AGOSTO 2017

ANTERO MENDES

INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSSAU NA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA)

Trabalho de Conclusão de Curso TCC apresentado pelo estudante Antero Mendes ao Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTAÇÃO

Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.

REDENÇÃO-CE
2017

ANTERO MENDES

INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSSAU NA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA)

Trabalho de Conclusão de Curso TCC apresentado pelo estudante Antero Mendes ao Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

_____

Prof. Dr. Carlos Subuhana

_____

Prof. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira

REDEÇÃO – CE

2017

Dedico este trabalho a minha tia Rosália Mendes, que não está hoje no mundo dos vivos; ao meu padrinho Lenin, e a minha madrinha, Laurinda Fernando Có.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por me ter dado à vida, à saúde e força, nessa longa caminhada.

Agradeço os meus pais, Paulo Mendes e Maria Luísa Mendes, por tudo que eles fizeram para mim e pelos apoios que eu recebi, desde o início dessa longa caminhada.

Ao professor Doutor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, por ter aceitado o convite de me orientar desde o primeiro dia que eu lhe a presentei o meu tema de projeto de pesquisa, bem como pelo tempo que ele disponibilizou durante a orientação.

Aos meus irmãos, Carlos Mendes, Tony Mendes, Eusébio Mendes, e minhas irmãs, Pauleta Mendes e Angélica Mendes, pelo incentivo durante o meu percurso no ensino médio.

Aos primos, Sam Mendes, Viezzer Vicente Mendes, Lionel Vicente Mendes, Francisco Mendes, Alfredo Mendes, Joaquim Mendes, Adriano Mendes, Pedro Mendes, Adão Mendes e Formoso Mendes, agradeço os incentivos.

Agradeço Ambrósio Mendes, pelos conselhos e pela ajuda que eu recebi desde primeiras horas, graças a ele consegui concretizar o meu sonho de estudar no estrangeiro.

À UNILAB, através Governo Brasileiro, pela vaga e auxilio que me permitiu a concretizar este sonho de ensino superior.

Ao Coordenador de Instituto de Humanidades e Letras, na pessoa de professor Doutor Leandro, pelo apoio nos momentos de ajustes de matrícula. Estendo os meus profundos agradecimentos a todos os Docentes de IHL, que contribuíram de forma direta ou indireta na minha formação acadêmica.

Aos amigos, Joel Francisco, Ruben de Carvalho, Inussa Jalo, Mussa Sanha, Salamão Pock, Etivaldo Pock, Umaro Cisse, Buba Cisse, Malam Baio, Wainel Batu Correia, Braima Dabo, Ibraim Dabo, Pascual Jorge Sampa, Marceano Saúde N'dafa, Eduardo Gomes da Silva, Abdu Guadalupe Moreira, pelos momentos que passamos juntos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 07

METODOLOGIA 08

I.QUADRO CONTEXTUAL DO TEMA DA PESQUISA 11

AS RESISTÊNCIAS LOCAIS 16

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO E A FUNDAÇÃO DO PAIGC 17

A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL 19

PÓS-INDEPENDÊNCIA E A EXTINÇÃO DA GUINÉ E CABO VERDE 19

DEMOCRATIZAÇÃO E RETOMA DE CONFLITOS 20

II PAN-AFRICANISMO E O DEBATE ENTRE LIBERTAÇÃO E INTEGRAÇÃO 22

DU BOIS E O FUNDAMENTO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO 22

MAMADOU DIA E MAMADOU TOURÉ E O FUNDAMENTO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO 24

CHEIKH ANTA DIOP E O FUNDAMENTO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO 25

SEKOU TOURÉ E A INTEGRAÇÃO NACIONAL 26

NKRUMAH E O FUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO 27

OS OBSTÁCULOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA 28

III INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÕMICA DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA 32

ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS 34

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS 37

CONSIDERAÇÕES FINAIS 40

REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM- Banco Mundial
CFA- Comunidade Financeira Africana1
CUF- Companhia União Fabril
FMI- Fundo Monetário Internacional
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
INE- Instituto Nacional de Estatísticas
ONU- Organização das Nações Unidas
OUA- Organização Unidade Africana
PAE- Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC- Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PAICV- Partido Africano para Independência de Cabo Verde
PDG- Partido Democrata da Guiné PIB- Produto Interno Bruto
PIDE- Política Internacional de Defesa do Estado Colonial
PRS- Partido da Renovação Social
TEC- Tarifa Exterior Comum
UDIB- União Desportiva Internacional de Guiné
UEMOA- União Econômica e Monetário OesteAfricano
UNTG- União Nacional dos Trabalhadores de Guiné

LISTA TABELAS

Tabela 1- Peso demográfico, geográfico e econômico dos países da UEMOA (2013) 32

Tabela 2- Indicadores de IDH dos países da UEMOA - 2015 34

Tabela 3 – Indicadores de Educação Básica - 2014 35

Tabela 4 – A taxa da mortalidade infantil dos países da UEMOA 36

Tabela 5 – PIB Per capita dos países da UEMOA 37

Tabela 6 – A taxa de crescimento econômico dos países da UEMOA em % 2015 38

Tabela 7- Indicadores da dívida externa dos países da UEMOA 39

LISTA ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa 1- Guiné-Bissau 12

Quadro I - Elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa 09

Quadro II – Regiões e Setores da Guiné-Bissau 12

RESUMO

A integração econômica e social é vista como uma estratégia capaz de promover o desenvolvimento dos países da União Econômica e Monetária do Oeste Africano UEMOA. No entanto, apesar da entrada da Guiné-Bissau no mercado comum em 1997, o país não obteve melhorias no campo econômico e social. A pesquisa procura analisar os indicadores sociais e macroeconômicos que caracterizam a realidade dos países, em diferentes períodos. Para realização desta pesquisa utilizemos a metodologia qualitativa que possibilitou a análise dos dados. A análise aponta uma relação intrínseca entre o conflito interno e baixo Índice de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Econômico. Concluímos então que o desenvolvimento social desenvolvimento econômico são dois fatores fundamentais para diminuição dos conflitos e promoção de melhores condições de vida na Guiné-Bissau.

Palavras Chave: Integração; Desenvolvimento; Conflito; UEMOA; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

Economic and social integration is seen as a strategy capable of promoting the development of the countries of the West African Economic and Monetary Union. However, despite the entrance of Guinea-Bissau into the common market in 1997, the country has not improved in the economic and social field. The research seeks to analyze the social and macroeconomic indicators that characterize the reality of the country, in different periods. For the accomplishment of this research we use the qualitative methodology that made possible the analysis of the data. The analysis points out an intrinsic relationship between internal conflict and low Human Development Index and Economic Development. We conclude that social development and economic development are two key factors in reducing conflict and promoting better living conditions in Guinea-Bissau.

Key-words: Integration; Development; Conflict; UEMOA; Guinea Bissau.

INTRODUÇÃO

A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) foi instituída pelo tratado assinado em Dakar por sete chefes de Estados dos países da África ocidental (em 10 de Janeiro de 1994). A moeda comum dos países é o Franco CFA, moeda corrente em oito países, Benin, Burquina Fasso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. O objetivo da comunidade consiste em criar um espaço econômico harmonizado e integrado de livre circulação de pessoas, capitais, bens, serviços e fatores de produção. (UEMOA, 2015).

A Guiné-Bissau aderiu ao mercado da UEMOA em 1997, que substitui o peso nacional, a moeda utilizada após independência. A pesar da aderência ao mercado comum, se observe que a integração, que defende melhores oportunidades econômicas iguais para todos os países, não gerou a prosperidade e estabilidade macroeconômica e político na Guiné-Bissau. Não seria de esperar que a Guiné-Bissau apresentasse o índice satisfatório de desenvolvimento social e econômico aproximado aos países do mercado comum da UEMOA?

Foi a partir desse problema de pesquisa que procuramos analisar o processo de integração econômica e social da Guiné-Bissau na UEMOA, tendo como foco a) entender como se deu o processo de integração da Guiné-Bissau no mercado sub-regional e b) compreender quais foram os impactos socioeconômicos da integração comparando com os países da sub-região africana para situar o quadro geral na distribuição dos indicadores.

Análise aponta uma discrepância significativa entre Guiné-Bissau e os países da UEMOA. Por exemplo, os indicadores sociais segundo os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o mais baixo, com 0,394, referente ao ano 2014. De igual modo, a mortalidade infantil, de 130 por mil nascidos, entre os anos 2010, 2011, 2012, 2013. Em nossa análise macroeconômica, a Guiné-Bissau aparece como o país com menos crescimento, com 2,4%, entre oito países da UEMOA.

Na primeira colocação, aparece o Togo, com 6,85%, e o Burquina Fasso, na segunda colocação, com 6,11%. Já no que se refere à dívida pública externa, de 2013 a 2016, Guiné-Bissau ficou na quarta posição entre os países menos endividados, com 26,22%. O Benin é o país que lidera o endividamento público externo, com cerca de 16,2% de crédito regional na UEMOA. Concluímos então o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico são dois fatores fundamentais para a diminuição do conflito e golpe de Estado na Guiné-Bissau nos dias de hoje.

O nosso trabalho é dividido em três capítulos e mais considerações finais. No primeiro capítulo, depois da metodologia, debruçamos sobre o quadro contextual do tema proposto nessa pesquisa. No segundo capítulo vamos abordar o conceito de Pan-africanismo e o debate entre a integração e a libertação e no último capítulo vamos dedicar-se a integração social e econômica da Guiné-Bissau na UEMOA e análise dos dados obtidos.

METODOLOGIA

Antes de detalhamento dos procedimentos de recolha de dados, iniciemos com o conceito de metodologia de pesquisa para a compreensão do tema de pesquisa. Entendemos por metodologia o cominho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Nesse sentido, já concordando com Minayo (2001) a metodologia ocupa uma posição central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Ou seja,

> A teoria e a metodologia caminham juntas, de formas inseparáveis, enquanto conjunto de técnicas. A metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desfio da pratica. Portanto, embora seja uma pratica teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Todo problema da pesquisa é um problema da vida pratica (MINAYO, 2001, p. 18).

Toda a pesquisa se inicia por um problema com uma questão, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais. O problema que conduziu a nossa pesquisa visa analisar como Guiné-Bissau que entrou no processo de integração regional UEMOA como forma de promover o desenvolvimento, social e econômico, ainda enfrenta desafios quanto aos indicadores voltados ao Índice de Desenvolvimento Humano usado para mensurar os países por seu grau de “desenvolvimento humano”. Não seria esperar que a Guiné-Bissau apresentasse o índice comparativo e desenvolvimento social e econômico aproximado aos países do mercado comum da UEMOA?

A pesquisa foi conduzida, inicialmente, mediante levantamento bibliográfico de teses, artigos, livros e documentos sobre a integração regional. Consultamos artigos sobre Economia, de Bert Van Maanen; Investimento Público na Província Sul, Paulo Gomes; Despesas Orçamentais Correntes, de Luís da Costa e Vasco da Silva; O Sector Informal, de Duarte Aquino e Aristides Gomes; Os efeitos do PAE no Sector da Educação, de Hugo Monteiro e Geraldo Martins. Outro artigo consultado, a Família de Carlos Cardoso e Faustino Imbali; Saúde, de Augusto Paulo e Adulai João; Pesca Industrial de Olívio Fortes; Efeitos Sociais do

PAE no Sector das Pescas, de Raul Fernandes e, por fim, Agricultura, escrito por Jacinto Rodrigues Dias. Desses, selecionemos aqueles que ajudam responder as questões da pesquisa.

Para tratamento de dados adotemos quantitativas e qualitativas. A pesquisa quantitativa geralmente as amostras são grande. Ela se centra na objetividade, influenciada pelo positivismo. A pesquisa quantitativa considera que a realidade só pode ser compreendida com análise de dados brutos, recorridos com auxílio de instrumentos padronizados para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis.

> Tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos. Salienta a importância das interpretações dos eventos mais do que a interpretação do pesquisador. (MINAYO, 2001, p. 34).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com a quantidade numérica, mas sim tentar compreender comportamento de um determinado grupo social. Ela se foca no caráter subjetivo do objeto analisado. A escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação é feita quando o objetivo de estudo é compreender o porquê das coisas.

Quadro I- Elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa

Pesquisa Quantitativa	**Pesquisa Qualitativa**
Focaliza uma quantidade pequena de conceitos	Tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar conceitos específicos
Inicia com ideias preconcebidas no modo pelo qual os conceitos estão relacionados	Possui poucas ideias preconcebidas e salienta a importância das interpretações dos eventos mais do que a interpretação do pesquisador
Utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados	Coleta de dados sem instrumentos formais e estruturados
Coleta os dados mediante condições de controle	Não tenta controlar o contexto da pesquisa, e, sim, captar o contexto na totalidade
Enfatiza a objetividade, na coleta e análise dos dados	Enfatiza o subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências
Analisa os dados numéricos através de procedimentos estatísticos	Analisa as informações narradas de uma forma organizada, mas intuitiva

Fonte: POLIT et al (2004), elaborado pelo autor deste trabalho.

Em resumo, para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A pesquisa qualitativa procura compreender as dinâmicas das relações que, por sua vez, são depositarias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Desse ponto de vista, a linguagem e a subjetividade são

inseparáveis. Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade.

A diferença entre ambas é de natureza de abordagem, porém, não se opõem. Ao contrario, se complementam, porque as realidades se interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia, embora não sejam pacificamente compreendidas. E nossa pesquisa, procurou-se compreender a realidade guineense no contexto da UEMOA, sua inserção, sem desconsiderar a natureza dos fenômenos quantitativos, articulados com as interpretações que só podem ser compreendidos através dos conceitos, que articulam a metodologia qualitativa e quantitativa no processo de pesquisa e análise de dados.

A análise será conduzida a partir do estudo dos tributos qualitativos e dos indicadores quantitativos sobre a integração da Guiné-Bissau na UEMOA. Iniciaremos a análise, optando pelo estudo de indicadores sociais, (1) desenvolvimento humano, expetativa de vida e acesso à educação, (2) PIB per capita, divido pela quantidade de habitantes dos países da UEMOA, incluindo Guiné-Bissau, (3) a taxa de mortalidade infantil, taxa de crescimento econômico e (4) dívida externa.

CAPÍTULO I

QUADRO CONTEXTUAL DO TEMA DE PESQUISA

Este trabalho de pesquisa tem como o objetivo central analisar o processo de Integração Econômica e Social da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), uma organização de integração sub-regional criada por sete[1] países da África Ocidental, em 10 de janeiro 1994, que têm o franco CFA como moeda corrente comum utilizada em doze países africanos (Camarões, Costa do Marfim, Togo, Burkina Faso, Gabão, Benim, Congo, Mali, República Centro Africana, Chade, Senegal, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial).

Guiné-Bissau é único país da sub-região ocidental que tem o português como a língua oficial, enquanto o francês é a língua oficial em trinta países africanos, dos quais sete fazem parte da Organização União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).

Para analisar os fatores que facilitaram a integração econômica e social sub-regional da Guiné-Bissau na UEMOA, primeiramente faz-se necessário uma contextualização geográfica e formação social e política do país com o objetivo de contextualizar e compreender à UEMOA como uma zona de comércio e de integração regional em África, na qual a Guiné- Bissau se insere como país membro.

A República da Guiné-Bissau está localizada na Costa Ocidental da África. Geograficamente faz fronteira ao Norte com o Senegal, Leste e ao Sul com a República da Guiné-Conakry e Oeste com Oceano Atlântico. Seu território abrange a uma superfície de 36.125 km² com uma população estimada em 1.530.673 habitantes, segundo os dados estatísticos coletados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Senso do país (INE, 2015).

[1] Fazem parte da UEMOA Guiné-Bissau, Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Franco CFA era abreviação das ex-colônias francesa em África, mantida com sentido distinto hoje.

Mapa 1. Guiné Bissau e suas regiões e ilhas

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas e Senso do país (INE, 2015).

Administrativamente, o país, é constituído por uma parte insular e outra continental, é dividido em oito regiões, trinta e sete setores e o setor autônomo de Bissau, atual centro político e administrativo, com maior número da população. A parte insular, que compõe o arquipélago dos Bijagós, possui mais de 80 ilhas e ilhéus, de vegetação tropical densa, recortadas por rios Geba, Cacheu, Corubal, Mansoa, Buba e Rio Cacine.

Quadro II – Regiões e Setores da Guiné-Bissau

Regiões	Setores	Masculino	Feminino	População total
Cacheu	Bigene	27 379	29 858	57 237
	Bula	14 197	15 536	29 733
	Cacheu	10 175	11 332	21 507
	Caió	6 775	7 568	14 343
	Canchungo	21 061	24 838	45 899
	São- Domingos	15 684	15 271	30 955
Bafatá	Bambadinca	16 102	17 153	33 255
	Bafatá	40 961	43 974	84 935
	Cuntuboel	22 766	23 298	46 064
	Galomaro	7 538	8 228	15 766
	Gã-Mamundu	12 627	13 533	26 160
	Xitole	9 495	9 841	19 336
Quínara	Buba	9 141	8 967	18 108
	Empada	8 406	8 680	17 108

	Fulacunda	7 736	8 114	15 850
	Tite	7 160	7 742	14 902
Oio	Bissorã	27 703	29 165	56 868
	Farim	23 465	25 000	48 465
	Mansoa	24 995	27 219	46 917
	Mansaba	23 105	23 812	52 174
	Nhacra	10 269	11 570	21 839
Gabu	Madina do Boé	5 226	5 731	10 957
	Gabu	41 029	42 826	83 855
	Pirada	15 980	16 811	32 791
	Pitche	23 630	23 412	47 042
	Sonaco	18 912	20 963	39 875
Biombo	Prabis	15 708	16 308	32 016
	Quinhamel	21 015	24 589	45 604
	Safim	8 380	8 869	17 249
Ilhas dos Bijagós	Bolama	5 068	5 093	10 161
	Bubaque	5 679	5 800	11 479
	Caravela	2 345	2 317	4 662
	Uno	3 633	3 994	7 627
Tombali	Bedanda	13 644	14 657	28 301
	Cacine	7 612	7 812	15 424
	Catió	15 649	17 027	32 676
	Quebo	7 717	7 601	15 318
SAB	Bissau	192 956	192 004	384 960 (1504 564)

Fonte: III da INE (2009), elaborado pelo autor deste trabalho.

A Guiné-Bissau foi uma ex-colônia de Portugal em África. A colonização portuguesa teve início no Século XV, com a chegada do navegador português Nuno Tristão, vindo da costa africana senegalesa (AUGEL, 2007). Por ocasião dos primeiros contatos coloniais, vários povos que habitavam essa região mantinham suas estruturas sociais e econômicas, conhecidos também por Reinos, anteriores a presença colonial portuguesa.

A presença portuguesa na região era baseada essencialmente no comércio, mas restrita as feitorias. Moema Perante Augel (2007), que pesquisou a história do país, ressaltou que

Portugal se limitou por muito tempo quase que exclusivamente a se servir da região como ponto de apoio para o comércio escravista, ao longo da costa ocidental africana, olhando sempre a Guiné como uma colônia de exploração e não como uma colônia de povoamento, própria para agricultura e fixação residencial de colonos.

A partir do século XVI, o regime colonial buscou reforçar a sua influência econômica na atual Guiné-Bissau, frente às disputas entre portugueses e franceses no comércio, reforçando, assim, suas bases comerciais para a exportação mercantil. Criou-se, nessa época, pelo regime colonial a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné, fundada em 1675 com o objetivo de fomentar o comércio transatlântico de escravos, também chamado de tráfico negreiro, nas feitorias de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim (AUGEL, 2007, p. 53).

No século XVII, alguns missionários jesuítas iniciaram seus trabalhos de conversão dos indígenas ao catolicismo, contra a vontade deles, acompanhada de uma acentuada presença militar, entre finais do século XIX e início do século XX. É a partir desse período que houve de fato a ocupação efetiva da Guiné, mas sem presença no interior, no quadro da Conferência de Berlim, realizada entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 com o objetivo de estabelecer regras de partilha de Continente entre as principais potências coloniais, resultando numa divisão territorial que não respeitou nem a história, nem as relações familiares e muito menos étnicas dos povos africanos. A conversão coativa dos indígenas de Guiné-Bissau é um exemplo dessa ação colonial apoiada pela então Igreja Católica.

Foi a partir deste período que o colonialismo ganhou a força no Continente africano, sobretudo, a partir do desmembramento dos Reinos da África [Reino de Gana, Mali, Songhai e Gaabu, nos finais do século XIX e princípios do século XX]. Vale salientar que desde o início da presença portuguesa no Continente africano, houve várias resistências de grupos étnicos locais. Até o século XIX, os portugueses pagavam tributos e outras taxas aos Reis locais, inclusive a taxa de residência. Os papeis, por exemplo, habitantes da região de Bissau, não aceitavam qualquer submissão e nunca consideraram súditos do regime invasor. Por outro lado, a supremacia das forças coloniais era bem maior e custaram rios de sangue aos guineenses devido às resistências locais. Por essa razão, o território passou a ser chamado de "terra de rebeldes" pelo regime colonial em decorrência de resistências contra o jugo colonial.

De acordo com Moema Perante Augel (2007), só no início do século XX que os portugueses conseguiram efetivamente ter o domínio do território guineense através de campanhas de mitigação contra as revoltas dos grupos indígenas. As reações contra o colonialismo continuaram sempre, adotando-se várias formas de resistência, como emigração,

fuga, não pagamento dos impostos, recusa aos trabalhos forçados e protesto contra uma agricultura voltada para exportação e não para consumo da população local (AUGEL, 2007).

Carlos Lopes (1987) mostrou que os tratamentos dados aos africanos pelo regime colonial foram os mesmos em todos os contextos coloniais, marcado pela falta de respeito a culturas e a língua local, a brutalidade e a falta de atenção aos direitos humanos básicos. O chamado "Estatuto de Indigenato" era severo e cruel, um instrumento adotado pelo regime colonial para "castigar o gentio rebelde"; isto é, os grupos étnicos descontentes com a política de exploração, do desrespeito de suas culturas como mecanismo da dominação colonial.

Isto porque os africanos eram cada vez mais excluídos de privilégios políticos, acesso à educação de qualidade e à saúde, bens sociais e econômicos, supostamente por não acenderam ao estatuto de "assimilado" no âmbito da retórica da "missão civilizadora" do regime colonial em África (LOPES, 1987; MOEMA, 2007). Nesse processo de assimilação ou de sua negação, os chefes de posto, majoritariamente nascidos em Cabo Verde tiveram um papel de destaque na manutenção do aparelho do Estado colonial em África, nesse período.

O chamado Ato Colonial de 1930 (uma lei que definiu as formas de relacionamento entre a metrópole e as colônias portuguesas, no período do Estado Novo do Salazar), instituído no governo de Domingos da Costa de Oliveira pelo Decreto n.º 18 570 de 8 de julho de 1930, pautou-se num sistema centralizador que limitava a autonomia administrativa, política, econômica e cultural das ex-colônias de Portugal em África. Baseava-se nos princípios normativos da inviolabilidade da integridade territorial e da missão civilizatória e colonizadora de Império colonial Português.

O ato Colonial extinguiu autonomia administrativa e financeira das colônias, acabando com a figura institucional e altos comissários, substituídas pala governadores gerais ou de colônias, centralizando, assim, a decisão no Ministério das Colônias e no governo Lisboa. É nesse contexto que Baltasar Pereira de Castelo-Branco foi nomeado, em Julho de 1615 a 1619, administrador de Cacheu, tendo sido substituído por Antônio de Proença, em Abril de 1619 a Julho de 1620. Seguiu-se uma lista vasta de outros governadores portugueses na atual Guiné-Bissau.

Guiné-Bissau e Cacheu, principal ponto do comércio de escravos, tornaram-se colônias portuguesas atreladas à administração de Cabo Verde em 1614. Em 1692 Bissau torna-se uma colônia portuguesa sujeita Cabo Verde. Em 1879 Bissau e Cacheu foram unificadas na Guiné Portuguesa e separadas de Cabo Verde. Em 1940, Bissau, centro político e administrativo, no

período colonial, foi transferida para a ilha de Bolama, no quadro de política ultramarina, de controle de território, em todas as ex-colônias portuguesas em África.

Em 1951 Guiné, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, e, posteriormente, Macau e Estado da Índia e Timor, como colônias, tornaram-se Províncias Ultramarinas criadas pelo Estado Novo Português, abolindo assim, o conceito de "Império Colonial Português". Isto porque o Estado Novo de Salazar e Marcelo Caetano consideravam que tais territórios não eram colônias, mas sim parte integrante e inseparável de Portugal, considerando-o como uma "Nação Multirracial e Pluricontinental", abrangendo quase seis Séculos de existência, a partir da Conquista de Ceuta, cidade Islâmica no Norte de África até a devolução da soberania sobre Macau à China que hoje fazem parte de cinquenta e quatro países diferentes.

No caso da Guiné-Bissau, a partir do Século XX, o regime autoritário de Salazar tentou estabelecer o controle sobre a produção de amendoim através de casas comerciais. Segundo Teixeira (2015), a Companhia União Fabril (CUF), fundada em meados do Século XIX, para produzir sabão com óleo de amendoim produzido na atual Guiné-Bissau, é um bom exemplo dessa pretensão de estabelecer o controle sobre o território e a produção de amendoim. Ampliaram-se, assim, as alianças entre o regime Salazarista e a CUF na criação de um domínio colonial. Citando Amílcar Cabral, Teixeira afirma que, a família Melo, que dirigia a Companhia, possuía o monopólio de transação e de exportação, pois estava intimamente ligada a outros interesses privados em Portugal, bem como a grupos internacionais, principais beneficiários de trocas comerciais com a Companhia mediante a imposição de trabalho forçado que conduziu diversas formas de resistências contra a sua imposição, que reuniram diferentes grupos étnicos.

AS RESISTÊNCIAS LOCAIS

Durante primeiros momentos da colonização, os portugueses se depararam com várias formas da resistência dos grupos étnicos locais contra a exploração econômica e a submissão política do Português, que teve início desde chegada dos colonizadores, donos das Companhias de Comércio, apoiadas pelo regime Salazarista durante o processo de colonização.

Segundo Moema (2007), citando Pélissier, historiador francês, na Guiné-Bissau os primeiros sinais de revolta frontal foram entre os indígenas e portugueses que se tem registro

manifestaram-se entre 1841 e 1844. Um dos confrontos ocorreu em 1844, quando se deu início à guerra entre os portugueses e o povo de Bissau, papéis e grumetes. Devido constantes revoltas, desencadeadas pelos grupos étnicos, dificultando a presença portuguesa, levou com que António José Torres, governador do distrito-feitoria de Bissau, pedisse ao governador de Cabo Verde, Francisco de Paula Basto, envio de cem homens para auxiliar a feitoria de São José Amura, uma das principais fortalezas coloniais localizadas na cidade de Bissau, região de Bissau, atua capital da Guiné-Bissau.

Segundo Mendy (1996), no mesmo período, foi constatado forte reação dos autóctones contra o trabalho forçado, sobretudo por meio da migração para os países fronteiriços, resistindo trabalhar na produção e na colheita de produtos voltados para exportação no mercado capitalista da Metrópole. A segunda revolta indígena a que se tem registro foi aquela que se culminou com o assassinato do governador de Guiné, Álvaro Telles Caldeira, em 24 de Janeiro de 1871. Os quatrocentos homens enviados da ilha de Cabo Verde para manter a ordem, não foram suficientes para evitar os fracassos do regime colonial.

Entre 1845 e 1870, a revolta dos indígenas se tornou intensas na qual podemos destacar a revolta de grumetes de Farim, a perturbação de Biafadas, nas duas margens do rio Geba, e seguidas de várias revoltas dos Bijagós, Manjacos e Mandingas contra a presença colonial. (Teixeira, 2015). Tais resistências dos grupos étnicos, envolvendo diversas ações, vão aguçar também posicionamentos políticos que ocorriam na diáspora africana em Lisboa.

CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO E A FUNDAÇÃO DO PAIGC.

No Século XX, pós-guerra, o clima de mobilização popular, que sacudia toda a África, fez vibrar também nas colônias portuguesa o desejo de uma luta pela sua liberdade. Nesse contexto, em que as tensões do pós-guerra acompanhavam as lutas pela independência em várias localidades do mundo, alguns estudantes africanos das ex-colônias portuguesas em África, reuniam na Casa dos Estudantes do Império, criado em 1944 pelo regime do Estado Novo ditatorial salazarista com a intenção de consolidar a mentalidade colonial e o sentimento de *lusitaneidade* e *lusotropicaneidade* entre os estudantes africanos das ex-colônias africanas.

A Casa dos Estudantes despertou uma consciência crítica sobre os ideais da libertação da África, donde passaram figuras de resistências africanas, como Amílcar Cabral, estudante

guineense-caboverdiano, Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, angolanos, Marcelino dos Santos, Samora Machel e Joaquim Chissano, Moçambicanos, entre outros.

A experiência acumulada em Lisboa, em diálogo com os movimentos progressistas e emancipatórios na África, na Europa e nos Estados Unidos e na Ásia, possibilitou que os jovens estudantes africanos tomassem consciência do racismo colonial, da exclusão, da marginalização social e da xenofobia a que estavam submetidos. Após concluírem seus estudos, decidiram, sem garantias de sucesso, retornar aos seus países de origem para dar início ao processo de mobilização e da conscientização das massas da necessidade de luta de libertação nacional.

Em 1956, após formação na Casa dos Estudantes, surge, na atual Guiné-Bissau, um movimento anticolonial fundado por Amílcar Cabral, de orientação marxista–leninista, sendo substituído pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criada na clandestinidade, no mesmo ano, com o objetivo de lutar pela independência, construção da paz e do bem-estar do povo da Guiné e de Cabo Verde.

É nesse contexto, com a independência de Gana, surge o Pan-africanismo, enquanto movimento político e cultural de integração, em nível continental e regional, ganha vitalidade. Sua primeira iniciativa foi constituir a unidade Gana-Guiné, uma organização regional de curta duração que existiu em 1958 e 1963, mantida por relações políticas de longa data entre Kwame Nkrumah, presidente e primeiro ministro de Gana 1957-1966, e Ahmed Sekou Touré, presidente da Guiné-Conakri que governou o país entre 1958 a 1984.

Amílcar Cabral, fundador do PAIGC, inspirou-se na unidade Gana-Guiné para articulação da unidade de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, no contexto geral da integração da Unidade Africana, na luta pela independência nacional dos dois países. Em 1958, foi criado, na clandestinidade, União Nacional dos Trabalhadores da Guiné UNTG, durante período que antecederam a luta pela independência nacional, onde vários sindicalistas guineenses e cabo-verdianos, os estivadores, os marinheiros, os funcionários públicos, de comércio e da indústria, serviram de base de apoio potencial na prestação de solidariedade ao PAIGC. Um ano depois, em 03 de agosto de 1959, houve um massacre, no cais de Pindjiguiti[2], contra os trabalhadores guineenses e cabo-verdianos, que exigiam melhores condições de trabalho e melhorias salariais ao então regime colonial.

[2] Uma das primeiras ações de mobilização política nacional que tiveram lugar fora ações de organização de clubes desportivas em Bissau, União Desportiva Internacional de Guiné, mais conhecida por Clube Desportivo UDIB fundado em 1961 na cidade de Bissau. Após ampla mobilização de jovens urbanos.

A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Em agosto de 1961, após ampla mobilização dos trabalhadores, começou à ação direta, com sabotagens, corte de vias de comunicação, destruição de instalações de abastecimento colonial, particularmente nas grandes cidades, em especial, Bissau, Bafatá, Cacheu, entre outras. Em retaliação, o regime colonial desencadeou perseguições e apreensão arbitraria sob a direção da Polícia Internacional de Defesa do Estado Colonial (PIDE) criada em Portugal, entre 1945-1959, responsável pela repressão de todas as práticas de oposição ao regime instalado, onde várias pessoas foram injustamente presas e assassinadas.

Em janeiro de 1963, o PAIGC inicia a luta de libertação, nas frentes Sul e Leste do país, regiões que serviram de palco no início de luta de libertação. A Guiné-Bissau também contava com uma base de guerrilha na vizinha República da Guiné Conacri, que se tornou independente em 2 de Outubro de 1958, sob a liderança do Partido Democrático da Guiné PDG, liderado por Ahmed Sékou Touré. O PDG deu forte apoio ao PAIGC, tanto na cedência do espaço para a organização de luta, quanto na formação do exercito guineense.

Em 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado em Conacri, oito meses antes da proclamada da independência unilateral da Guiné-Bissau, anunciada em Madina de Bóe, em 1973. Em 24 de Setembro de 1974, Portugal, antigo agente colonial, reconhece oficialmente a soberania do país que consegue o reconhecimento internacional como Estado independente, primeiro a ser independente nas ex-colônias portuguesas em África.

Guiné e Cabo-Verde, inicialmente dirigidos por um único partido (PAIGC), entram em crise em decorrência de luta pelo o poder entre dirigentes cabo-verdianos e guineenses. Segundo Mendy (1996) a lógica da força, herdada da luta armada, foi sistematicamente foi aplicada pelos dirigentes do Partido-Estado para impor a política de unanimidade dentro do partido, o que acabou ampliando as disputas e os desafios ao projeto político de “unidade” concebido pelo PAIGC, em ambos os países.

PÓS-INDEPENDÊNCIA E A EXTINÇÃO DA UNIDADE GUINÉ CABO VERDE

Após a independência nacional, a Guiné-Bissau formou um Estado Novo, na qual sofreu uma profunda remodelação, particularmente no que diz respeito à estrutura administração,

herdada da colonização portuguesa, tendo por base a constituição de "zonas libertadas". O território guineense, que era dividido em regiões, setores e secções, foi mantido após independência, com a introdução de comitês de regiões e zonas administrativas do partido.

O primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau foi o Luís Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, considerado pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana, assassinado no final de luta de libertação. Luís Cabral foi um dos líderes da resistência anticolonial. Em 14 de Novembro de 1980, o governo de Luís Cabral foi derrubado num golpe de Estado, também chamado "Movimento Reajustador", liderado pelo comandante guineense na luta de libertação, João Bernardo Vieira (Nino). Deu-se assim a extinção do projeto de unificação, concebido por Amílcar Cabral, líder do PAIGC. Os dirigentes cabo-verdianos, notadamente Aristides Pereira e Pedro Pires, descontentes com o golpe, fundam o Partido Africano para Independência de Cabo-Verde (PAICV), em 20 de Janeiro de 1981. No mesmo ano, foi aprovada a constituição que oficializou a República de Cabo-Verde.

DEMOCRATIZAÇÃO E RETOMA DE CONFLITOS

No princípio da década de 1990, deu-se o processo de liberalização do mercado nacional ao capital internacional e regional, no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural, nomeadamente ao nível da redução da despeça pública e apoio social as organizações e grupos da sociedade civil. É a partir desse período, em que os países foram obrigados a recorrer ao apoio das agências internacionais da ONU, notadamente do Fundo Monetário Internacional FMI, que a Guiné-Bissau aderiu a União Econômica e Monetária do Oeste Africano UEMOA, tornando-se o oitavo Estado membro da União. Vários países africanos recorreram as suas próprias reservas em divisas ou aos financiamentos externos assim como os créditos de FMI, mas os resultados não foram os esperados.

> A primeira estratégia de Ajustamento foi à aplicação de medidas que visavam limitar os investimentos em politicas publicas e dar mais espaço à diminuição de inflação e ao estímulo à economia através da privatização. O aumento dos juros foi o instrumento mais importante usado pelo FMI e BM para conceder os créditos aos países africanos. Embora este instrumento tivesse sido aplicado essencialmente em relação ao Estado, que precisava reajustar a sua balança negativa, tais politicas acabaram por provocar também efeitos secundários indesejados, particularmente na área social com o aumento das desigualdades sociais (MAANEN, 1996, P.28-29).

Em 1991 iniciou-se o processo da liberalização política, com o surgimento do multipartidarismo. Em 1994, o país realizou suas primeiras eleições multipartidárias para a presidência e o parlamento, com a extinção do artigo 4° da Constituição de 1981, que definia o PAIGC como a força máxima da sociedade e do Estado.

Em 1998, João Bernardo Vieira, autor do golpe de Estado de 1980, também foi destituído através de um levante militar, que conduziu o país a uma guerra civil, que durou mais de oito meses. Logo após a guerra civil, novas eleições foram convocadas. Kumba Yala, líder oposicionista do Partido da Renovação Social, assume o cargo de presidente da República em 2000, deposto em Setembro em 2003, através de um golpe de Estado. Henrique Rosa assumiu o posto interinamente, como presidente de transição que possibilitou a realização de novas eleições em Abril de 2004, inúmeras vezes adiadas.

A eleição para o cargo de presidente teve o lugar em 2005. João Bernardo Vieira, deposto em 1998, foi reconduzido ao poder, na Guiné-Bissau. Em 2 de Março em 2009, João Bernardo Vieira foi assassinado por alguns militares próximo ao Chefe General da Força Armada, General Tagme Na Waie. De uma maneira geral, a Guiné-Bissau viveu vários conflitos internos, o que resultou no fato que nenhum governo ou presidente tivesse comprido o seu mandato em função de sucessivos golpes de Estado que marca atualidade política do país. A atualidade política guineense, marcada pelos sucessivos golpes, continua colocando desafios ao processo de integração social econômica de Guiné-Bissau na UEMOA.

CAPÍTULO II

PAN-AFRICANISMO E O DEBATE TEÓRICO ENTRE LIBERTAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A integração de Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) se coloca no contexto do movimento Pan-africanismo, entendido em suas diversas matrizes, como um projeto político econômico, social e cultural que defende e promove a integração e a defesa dos direitos humanos do povo africano, tanto na África, quanto em suas diferentes diásporas (ASANTE, 1935, p. 885). O Pan-africanismo teve as suas raízes na diáspora, promovido pelos afrodescendentes nas colônias inglesas do Caribe e nos EUA, a partir de meado do século XX, mas ganhou interpretação própria em África.

Teve, grosso modo, duas vertentes ideológicas: uma como projeto de libertação, e outra, como projeto de integração. No seu início, o movimento Pan-africanismo tinha como base a solidariedade, restrita às populações de ascendência africana das Antilhas e dos Estados Unidos. Henry Silvester Williams, advogado de Trinidad, organizou, em 1900, a primeira Conferência dos povos de cor na Inglaterra cujo objetivo era lutar contra o monopólio dos países europeus das terras das populações africanas. A Conferência reuniu 30 delegados em defesa dos interesses e bem-estar dos povos colonizados.

DU BOIS E O FUNDAMENTO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO

William E. Burg Hardt du Bois é considerado por muitos um dos pais do Pan-africanismo por ter dado contribuição importante para o desenvolvimento da ideia de unidade africana. Participou ativamente na organização de uma série de Congressos ocorridos em Paris em 1919 e teve como principal proposta à adoção de um Código de Proteção Internacional aos Indígenas da África, que lhes garantisse o direto a terra, à educação e ao trabalho livre em seus países. (BENOT, 1969, p. 195).

Nesse Congresso de Paris, primeiro a ser realizado, colocou-se a necessidade das colônias alemãs sejam confiadas à gestão da comunidade internacional e a criação de um organismo permanente visando o controle da aplicação de leis destinada à melhoria de condições de vida dos africanos.

O Segundo Congresso ocorreu em Setembro em 1921, com sessões em Londres Bruxelas. A questão do confisco de terras, desta vez, por parte de ingleses e descendentes holandeses na atual África do Sul, constitui num dos objetivos dessa Conferência. Nesse evento, vale destacar a atuação da Liga africana e do Partido Nacional Africano, criados em Lisboa em 1920 e 1921, que utilizavam "regionalismo africano", em contra oposição a "nacionalismo africano". Para Hernandez,

> Os regionalistas africanos não proclamavam a África para os africanos, mas também não aceitavam a África só para os europeus. O que eles pretendiam é uma cooperação leal entre brancos e negros numa base equitativa, numa palavra: a África também para os africanos (HERNANDEZ, 2008, p. 519).

O terceiro Congresso ocorreu em Londres, com uma sessão em Lisboa, promovida pela liga africana, no final de século XIX e início do século XX. São esforços empreendidos para incentivar um crescimento industrial, estimular a produção agrícola e lançar novos programas de desenvolvimento com a finalidade de proporcionar mudanças nas estruturas econômicas herdadas do colonialismo. (ASANTE, 1935, p. 895).

É neste contexto também que surge o grupo de intelectuais da Casa da África, associações acadêmicas e o Centro de estudos africanos, criada no século XX, cujos objetivos foram a "africanização dos espíritos" voltados para valorização das tradições africanas. Deles participavam estudantes das colônias, Amílcar Cabral, Vasco Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, entre outros estudantes que discutiam a independência, a unidade africana, o desenvolvimento, o socialismo e a organização da luta por estes ideais.

O quarto Congresso, em Nova York, no ano 1927, com predominância dos intelectuais negros americanos e caribenhos, ainda com reivindicações moderadas. Marcus Garvey, ativista jamaicano pregava o "retorno dos negros à África", o que aproximaria Garvey da ideia de "africanização dos espíritos", da geração da Casa dos Estudantes do Império.

No quinto Congresso, realizado em Manchester em 1945, já se reclamava a completa e absoluta independência para os povos da África ocidental, na qual, se insere a União Econômica e Monetário Oeste Africano. De uma maneira geral, o Pan-africanismo procura estabelecer uma relação direta com Continente africano, embora tenha nascido na diáspora nos países de colonização inglesa.

Apesar de distinta, o Pan-africanismo aborda questões como racismo, unidade africana, identidade, desenvolvimento, independência e libertação em suas vertentes políticas, culturais

e econômicas, tendo sido ferramenta utilizada para a aproximação dos povos, desde famílias, passando por países, regiões, comunidades, nacional, local e internacional, estabelecendo contatos.

Para a nossa pesquisa, interessa-nos analisar social e econômica de Guiné-Bissau na UEMOA. Muita das vezes, o processo de integração é posto numa perspectiva unidirecional, que avança em fases sucessivas, desde a criação de uma área de livre comércio, até as formas mais profundas da integração. Esta perspectiva não corresponde à realidade, pois a integração regional, entre outras, arranca de formas diferentes, seguem caminhos distintos, avançam em direções totalmente diferentes, apesar de compartilhar alguns elementos comuns.

Isso ocorreu, por exemplo, com o movimento pan-africanismo, em suas diversas configurações: econômicas, culturais, políticos e filosóficas. Trata-se de um movimento que reivindicava princípios comuns de autossuficiência coletiva e independência política, em defesa dos direitos humanos dos africanos e a unidade de África e de suas diásporas.

Assim, ao mesmo tempo em que o pan-africanismo defende a independências africanas, os caminhos dos quais teriam que seguir variava significativamente, de acordo com a ideologia defendida entre as elites africanas das lutas pelas independências no século XX, em parte, responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana em 1963.

MAMADOU DIA E MAMADOU TOURÉ E O FUNDAMENTO ECONÔMICO DA INTEGRAÇÃO

Para Mamadou Dia, senegalês, em seu livro L´*Economie Africaine*, afirma que a África só poderá se tornar um Estado moderno, independente, quando desenvolver uma economia industrial, que consiga abranger grandes conjuntos econômicos. Segundo Benot (1969) Mamadou Dia insistia sempre na ideia de unidade econômica, mais amplas, mais continental, diferente das ex-colônias existentes, fechadas em si mesmas, em suas arbitrárias fronteiras.

Dia demonstra que a África, em particular, os países da UEMOA, precisam se reorganizar, economicamente, para alterar as heranças negativas e artificiais de suas fronteiras herdadas das ex-colônias francesas, ingleses e portugueses, empenhado todos na formação de um mercado comum, competitivo, capaz de transformar, de forma sustentável, seus recursos

naturais, em beneficio da satisfação das necessidades básicas de suas populações. (BENOT, 1969, p. 207).

As contribuições Mamadou Touré, economista e pan-africanista, foram incluídas nos relatórios apresentados no segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, que se realizou em Roma, 28 de Março a 2 de Abril de 1959, organizado pela Sociedade Africana de Cultura (responsável pela Présence Africaine). Ele comungava, em larga medida, com a ideia de Mamadou Dia, no que se refere à unidade econômica, tendo em conta a evolução das sociedades africanas contemporâneas. Para ele, a divisão do mundo, em dois blocos antagônicos, capitalismo e socialismo, já não permitem aos pequenos estados a subsistirem no xadrez mundial. Os países subdesenvolvidos, não só procuram assegurar o nível de vida de suas populações, mas também recuperar o atraso os separam dos países economicamente desenvolvidos.

Para superação do subdesenvolvimento, em África, seria necessária a transformação de suas economias, através de projetos de industrialização, que seja capaz de garantir crescimento econômico, em longo prazo, no Continente (BENOT, 1969, p. 244).

Dia e Touré defendem, assim, em meados dos anos 1950 e 1960, os projetos de industrialização e modernização na formulação de políticas econômicas para o Continente, inserindo a África na economia de mercado e no processo de acumulação de capital. Na atualidade, a União Econômica e Monetária do Oeste Africano tem em comum a ideia da integração econômica numa região mais vasta, que ultrapassa as fronteiras nacionais herdada do colonialismo.

CHEIKH ANTA DIOP E O FUNDAMENTO CULTURAL DA INTEGRAÇÃO

Os esforços para reagrupamento de nações, dividido artificialmente, pelo regime imperialista, no mercado capitalista, fundamenta-se na reconstrução da cultura africana. (BENOT, 1969, p. 244). A figura central dessa corrente pan-africana foi, sem dúvida o Cheikh Anta Diop, senegalês, uns dos grandes pensadores do século XX.

Anta Diop publicou, antes do Congresso de Roma, em 1959, seu livro *Nations Négres et Culture* (1955) e *The African Origin of Civilization (1974),* que se tornaram mundialmente conhecido, enfatiza a contribuição dos negros para o progresso da humanidade, fundada na sua

relação histórico-cultural com Egito Antigo e a Núbia. Postulava a unidade da cultura negra, difundida por todo o continente, expostas nos dois livros. Para Obenga (2013), Anta Diop realizou uma grande revolução intelectual ao romper com o paradigma hegeliano.

> A abordagem africana, ao interrogar o seu passado, assenta no princípio do conhecimento do seu passado, analisar os seus sucessos e insucessos, seus ideais e valores, compreender sociologicamente e economicamente o papel do tráfico negreiro, maior crime cometido pela Europa, garantiram a unidade, a solidariedade e a integração capaz de garantir e consolidar a renascença no contexto atual da globalização. (OBENGA, 2013, p. 46).

Esta visão, contudo, será retomada, em outras formas Joseph Ki-Zerbo, Jonh Clarke, Yosef Bem-Jochannan, Van Sertima, Melefi Asante e o próprio Obenga. E a partir desse passado que constituiria a integração africana. Todavia, os objetivos traçados no acordo de comércio e investimentos União Econômica e Monetária do Oeste Africano não inclui a dimensão cultural, restringindo suas políticas em defesa do mercado, das tarifas e das políticas setoriais comuns para implementar as políticas setoriais transfronteiriços (UEMOA, s/d).

SEKOU TOURÉ E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

A ênfase dada à questão da integração africana dos vários pan-africanismos traz subjacente significativa divergências que se definindo ao longo do século XX. Ahmend Sekou Toure, primeiro presidente da Guiné-Conakri após da independência da França EM 1958 até a sua morte em 1984, afirma que a integração Continental tem que passar pela independência. Sem a independência, não é possível alcançar a unidade.

De acordo com Benot (1969) Sekou Touré aponta fortemente a identidade das aspirações dos povos africanos em luta, onde alerta que os Estados são os primeiros atingir esse objetivo, dai a necessidade da “unidade de ação”, que é distinto da “unificação”. Aqui se coloca dois aspectos contraditórios da unidade: o primeiro, a unidade africana, voltada ao Continente como um todo, e o segundo, a unidade das aspirações dos povos oprimidos em luta pela independência. (BENOT, 1969, p. 247), ou seja, a unidade nacional em África.

A primeira tentativa foi constituir a União Guiné-Gana no quadro de uma visita feita pelo presidente Sekou Touré a Acra em 1958, e a União Guiné-Gana-Mali. A União planejava adoção de uma moeda comum e uma política externa unificada pelos países membros.

A visão política de Toure é, nesse sentido, próxima do seu papel na luta contra o colonialismo francês. Foi um dos organizadores da primeira greve com êxito no seu país, que duraram 76 dias, quando Guiné-Conakri ainda era ocupado pelo regime francês. Foi eleito, em 1945, secretário geral da União de Trabalhadores da Guiné, que fazia parte da Federação Mundial de Sindicatos, da qual, chegou a ser vice-presidente.

Ameaçado pelo desastre da economia, quando o governo francês decidiu retirar os funcionários franceses e todo o material público de transporte, já presidente, Toure procurou apoio no bloco soviético, incorporando a Guiné no bloco dos não alinhados, procurando uma política de cooperação, que ficou conhecida como Movimento dos Países Não-Alinhados, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Dentro debate sobre a integração regional, que envolve os países da UEMOA, a partir da década de 1980, é vista como parte integrante, mas distinta, até contraditório, de um amplo projeto político de unidade nacional, proposto por Toure, transformado, mais tarde, no projeto da integração continental, que tem suas bases nas diversas contribuições do pan-africanismo.

NKRUMAH E O FUNDAMENTO POLÍTICO DA INTEGRAÇÃO

Nkrumah foi um dos fundadores do Pan-africanismo. O objetivo de Nkrumah era ultrapassar as barreiras geográficas e culturais impostas pelo o colonialismo para uma política externa comum e um mercado continental forte. Para Nkrumah, a exigência da independência politica permitiria aos povos colonizados libertarem-se de jugo colonial.

Ele defendia, ainda, a unificação política que tornaria a África numa só uma nação, com um único governo, através da fusão orgânica, de Estados independentes. A ideia era que os Estados existentes alcançassem direitos e poderes de decisão nos assuntos chaves no continente, por exemplo: defesa, cooperação, produção econômica e política continental na perspectiva de tornar a África mais forte, nas relações internacionais. (BENOT, 1969, p. 250).

Ajudou organizar, em 1945, o sexto Congresso Pan-africano em Manchester, Inglaterra. Como líder do governo ganês, independente em 1957, Nkrumah enfrentou muitos desafios: primeiro, gerir a independência de seu país, em segundo lugar, integrar os quatros territórios da Costa do Ouro, Costa do Marfim, Togo, Nigéria, Camarões e demais países anteriormente ocupados pelo império de Mali, incluindo Guiné-Bissau, e em terceiro lugar garantir a

integração africana. Para Benot (1969) o governo Continental seria o meio indispensável para que a África se tornasse uma grande potência mundial.

> Os Estados africanos, individualmente considerados, são demasiados fracos perante as grandes potências da Europa e da América. Esta fraqueza lava-os a procurar a sua segurança em acordos com as ex-colonizadores ou com as potências neocoloniais, permitindo, eventualmente que sejam utilizadas uns conta outros, a favor de alianças ou de rivalidades dessas mesmas potências imperialistas. (BENOT, 1969, p. 251).

Concluindo, Nkrumah afirma que a aliança da burguesia africana e do capitalismo monopolista internacional é reforçada pela tendência crescente dos governos para formar associações, ou organizações econômicas regionais, como UEMOA, com corporações gigantes, multinacionais e expansionistas que consolidam com a sua influência na economia africana, constituindo assim um obstáculo à transformação social. (NKRUMAH, 2016, p. 47).

OS OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO REGIONAL EM ÁFRICA

Em sua obra *Luta de Classes em África*, Nkrumah estabelece uma relação entre colonialismo e neocolonialismo para mostrar como a independência africana, fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões sociais, aparentemente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo nos Estados recentemente independente de tendência socialista. Isso porque, segundo Nkrumah, a burguesia africana, classe que se desenvolveu sob o colonialismo, é a mesma classe que beneficia, depois da independência, do neocolonialismo.

No entanto, apesar da luta, sua aliança com o neocolonialismo e o capital financeiro monopolista internacional coloca a burguesia africana em conflito direto com as massas. São numerosos os membros da burguesia africana que, sendo empregados em empresas estrangeiras, têm um interesse direto na manutenção da exploração econômica de África pela potencia estrangeira. (NKRUMAH, 2016, p. 26).

> A pequena burguesia dividiu-se no decorrer da luta de libertação nacional em três categorias: primeiro lugar, os aliados do colonialismo e um desenvolvimento econômico e social de tipo capitalista. Eram os funcionários, os membros das profissões liberais e os de companhias estrangeiras; o segundo foi aqueles que pretendiam o fim da dominação colonial, mas não queriam uma profunda transformação da sociedade. Constituem uma parte da burguesia nacional; por último, terceiro grupo, apareceu no seio da intelligentsia, após da independência. Foram estes que enquadraram as massas na sua luta para um verdadeiro socialismo. (NKRUMAH, 2016, p. 65-66).

Segundo Nkrumah (2016), ao pretender expor uma justificação para a manutenção da exploração capitalista, a burguesia africana e seus aliados, foram obrigados a recorrer à doutrina elitista como estratégia para manutenção de uma elite africana no poder.

A burguesia africana copia os hábitos, o vestuário e a linguagem dos europeus, desde a época colonial. Desempenhavam funções nos serviços administrativos, profissões jurídicas e médicas, exerciam altos cargos no exército e na política. De acordo com Nkrumah (2016) foi no mesmo período que surgiram "os novos ricos do partido". As tendências da direita e da esquerda divergiram, porque a conquista da independência, com o partido no poder, os elementos da direita desejavam o enriquecimento pessoal, contra interesses das massas.

Um homem de negócios africano não se interessa com o desenvolvimento das sociedades africanas, construções de indústrias, contudo, preferem se dedicar no seu enriquecimento pessoal, sob as várias formas de manipulações financeiras referentes à suposta ajuda recebida do estrangeiro. Podemos dizer, portanto, que o capitalismo africano tem uma relação direta com os grandes monopólios das empresas capitalistas. (NKRUMAH, 2016, p. 45).

> A burguesia dos países em via de desenvolvimento era produto de uma administração e de um sistema de educação baseado no modelo colonial. O objetivo principal de poder colonial era formar uma intelligentsia de acordo com as ideologias ocidentais, com a finalidade de proporcionar o bom funcionamento da administração colonial. (NKRUMAH, 2016, p. 46-47).

De acordo com Nkrumah (2016), quando os movimentos de libertação tornaram-se cada vez mais presentes, após a Segunda Guerra Mundial, obrigou os imperialistas a incorporar a burguesia africana na esfera onde era excluída anteriormente. Este momento foi marcado com maior presença dos africanos na administração e nas companhias estrangeiras em estreita ligação com o capitalismo internacional estrangeiro.

> Por isso, a burguesia nativa tem a obrigação de se submeter ao capitalismo estrangeiro, porque recebe apoio dos elementos feudais reacionários do país, ou seja, recebe ajuda política, econômica e militar do capitalismo estrangeiro. Vale salientar que o capitalismo impulsionou os movimentos de libertação sobre tudo nas regiões coloniais onde a exploração capitalista alcançou estágio. (NKRUMAH, 2016, p.66).

Após a conquista da independência, a burguesia africana reforçou a sua aliança com a burguesia internacional. As lutas de libertação ficaram marcadas por duas tendências: a primeira, a favor da conquista da independência e instauração do socialismo; a segunda,

reforçar a aliança com o imperialismo, com a finalidade de manter estruturas capitalistas de exploração contra os movimentos nacionais de libertação, do qual Nkrumah pertencia.

> Depois da independência era impossível uma fusão de classes, o governo tinha outra tendência. Alguns teóricos sustentam que para acabar com a ordem burguesa, o proletariado e a pequena classe média seria necessário formar uma aliança. Contudo parecem ignorar fato no que se refere, aos interesses econômicos, a pequena classe média fica sempre ao lado da burguesia para defender estruturas capitalistas (NKRUMAH, 2016, p.).

Em África, segundo Nkrumah, o desenvolvimento do capitalismo provocou o declínio do modo de produção africana e o aparecimento de uma nova estrutura social. Nkrumah estabelece uma relação entre neocolonialismo, imperialismo e lutas de classe em África. A burguesia africana, desejosa em adotar as teorias e tendências da burguesia europeia, frequentemente confundia classes e raças, por não conhecer,

> Suficientemente a sociedade europeia. Ela é incapaz de compreender as características de cada classe, tanto no comportamento, como na linguagem, nos hábitos e vestuários, nos costumes e no estilo de vida. Apesar do nível de vida que levem, as suas origens sociais não podem escapar à perspicácia dos colonizadores. Aspirando a um estatuto social elevado, a burguesia africana adotou um modo de vida que, sendo o da antiga classe dirigente, não é verdadeiramente o da burguesia europeia. Nesse sentido, a burguesia africana não faz mais do que perpetuar a relação entre o senhor e o escravo, do período colonial. (NKRUMAH, 2016, p. 39).

Nkrumah estabelece uma relação entre o modo de produção capitalista e estrutura social racista em África porque a exploração está baseada em uma discriminação racial. Consequentemente, para Nkrumah, o problema racial é, ao mesmo tempo, um problema de classe. Fala-se em conflito étnico, mas na verdade trata-se de uma luta de classe. Isso porque é a própria exploração capitalista, imperialista e colonialista europeia que gera essa contradição de classe, sob todas as formas, impedindo uma independência real dos países africanos.

> A maioria dos conflitos “tribais” são resultados da exploração burguesa, em estreita relação com os interesses de classe do imperialismo e do neocolonialismo. Embora não possuam grande força de coesão, a elite africana resulta do modo capitalista de produção. É um dos agentes mais dedicados do colonialismo. A educação e posição social separam-nos das massas e fazem deles acólitos dos capitalistas locais, intelectuais desonestos e neocolonialistas. (NKRUMAH, 2016, p. 71).

Em África, como na Europa e outra região do mundo, a posição social é, em grande medida, proporcional ao nível de educação. Os que possuem educação tornaram-se estranhos ao meio de origem e não tem, geralmente, outra ambição que não seja a de fazer uma brilhante carreira política, ter uma posição social elevada e adquirir um estatuto profissional. No casa de

Gana, após independência, em 1953, dos duzentos e oito estudantes da Universidade, 12% eram oriundos de famílias que possuem um rendimento superior a 600 libras anuais, enquanto que uma percentagem de 38% tinham rendimentos anuais entre 250 e 600 libras. Os restantes 50% tinham rendimentos de cerca de 250 libras anuais. (NKRUMAH, 2016, p. 49).

Na Guiné-Bissau, a realidade, apesar de distinta, também revela a realidade excludente do sistema do ensino colonial. Embora na retorica o sistema português de ensino negava a segregação, defendendo a assimilação, 99% da população foram excluídas do sistema do ensino colonial, destinado quase exclusivamente aos europeus e apenas a 3% da assimilados urbanos, na sua maioria pessoas de origem cabo-verdiana ou seus descendentes nascidos em território guineense. Segundo Teixeira (2015),

> Apenas 1% de toda população de Guiné portuguesa podia vangloriasse de possuir alguma educação elementar e só 0,3% tinha alcançado a situação de assimilado e podiam esperar ir um pouco mais além. Havia apenas uma escola secundaria oficial mais cerca 60% dos seus alunos eram europeus. Não existia qualquer tipo de educação superior. Até 1960, apenas onze africanos da Guiné colonial haviam atingido uma licenciatura – e todos eles como "portugueses assimilados" em Portugal. (TEIXEIRA, 2015, p. 173).

Com a independência este quadro se alterou, mais não foi reforçada após a independência. Massificação de ensino, possibilitando o acesso às camadas populares não foi acompanhada pelo reforço da qualidade. Como Afirma Nkrumah à burguesia africana interessa-se não tanto pelo desenvolvimento do nível educacional da população, mas pelo seu enriquecimento pessoal via corrupção, graças às comissões sobre contratos e diversas manipulações financeiras relacionadas com a pretensa "ajuda" recebida do estrangeiro. (Nkrumah, 2016, p. 44).

Na atualidade, as sociedades e os Estados africanos, apesar da independência política, continuam enfrentando desafios da integração social e econômica de suas populações, proporcionando uma educação de qualidade para todos. No caso de Guiné-Bissau, também se faz necessário situar a sua inserção social e econômica no quadro da UEMOA na atualidade.

CAPITULO III

A INTEGRAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA

A União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) foi criada em 10 de Janeiro de 1994, pelo tratado assinado em Dakar, República do Senegal, pelos Chefes dos Estados de sete países, Burquina Fasso, Benin, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, como já foi referenciado. A finalidade era criação de um espaço econômico harmonizado e integrado, dentro do qual permitiria a livre circulação de pessoas, capitais, bens, serviços e fatores de produção (UEMOA, 2015).

Oito Estados da África Ocidental adotam Franco CFA como moeda única corrente em Burkina Fasso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal, Benin e Togo para uma população estimada na ordem de oitenta milhões e trezentos e quarenta mil (80.340.000). A taxa de crescimento demográfico é de 3%, enquanto PIB per capita é estimada em dezoito bilhões e quatrocentos e cinquenta e nove (18.459.9 bilhões de FCFA) para uma inflação anual de 4,3% (UEMOA, 2013).

Tabela 1- Peso demográfico, geográfico e econômico dos países da UEMOA 2013.

Países	Peso demográfico	Peso geográfico	Peso econômico
Benin	3,0%	2,2%	1,9%
Burquina Fasso	5,5%	5,4%	2,6%
Costa do Marfim	7,4%	6,3%	6,2%
Guiné-Bissau	0,5%	0,7%	0,2%
Mali	5,2%	24,2%	2,6%
Níger	5,1%	24,8%	1,6%
Senegal	4,2%	3,8%	3,5%
Togo	2,0%	1,1%	0,9%
UEMOA	32,7%	68,6%	19,5%

Fonte: UEMOA (2013), elaborado pelo autor deste trabalho.

Do ponto de vista organizacional, a UEMOA apresenta nove órgãos: conselho de chefes de Estados e de governos, órgão que define as orientações gerais da política da União; conselho de ministros, órgão que implementa, nos países membros, a diretrizes definidas pelo chefe de Estado e de governo; comissões, órgão executivo, composto por oito membros, incumbidas de fazer articulações com governos e Estados, em termos de políticas da União; tribunal de justiça, responsável pela interpretação uniforme do direito comunitário dos Estados membros no âmbito africano. São direitos que derivam dos tratados da União comunitária; tribunal de contas da União, órgão responsável por analisar contas dos Estados nacionais; comissão interparlamentar, composto por quarenta membros, com a incumbência de análise e debate expressa na forma de controle democrático.

Outro órgão importante é a câmara consular regional, órgão de dialogo com o sector privado sobre o processo de integração e implementação das reformas da União; conselho do trabalho e concertação social, órgão consultivo tripartite entre a União, sector privado e sociedade civil e, por último conselho de autoridades locais órgão consultivo promover sistema de governação a vários níveis, local, nacional regional, a fim de assegurar a integração (UEMOA, 2013). A União conta com os seguintes objetivos, inter-relacionados, relativos à integração regional:

- Reforçar a competividade das atividades econômicas e financeiras dos Estados-Membros no âmbito de um mercado amplo e concorrente e um ambiente jurídico racionalizado e harmonizado;
- Assegurar a convergência das performances e as políticas econômicas dos Estados-Membros por meio da instituição de um procedimento de supervisão multilateral;
- Estabelecer entre Estados-Membros um mercado comum baseado na livre circulação de pessoas, bens, serviços, capitais e ao direito de estabelecimento dos trabalhadores não assalariados ou empregados, assim como uma política comercial tarifa externa comum (TEC);
- Instituir uma coordenação das políticas setoriais nacionais, através da implementação de ações conjuntas possivelmente incluindo políticas comuns nas seguintes áreas: recursos humanos, gestão da terra, agricultura, energia, indústria, mineração, transportes, infra-estruturas e telecomunicações;
- Harmonizar, na melhor medida o bom funcionamento do mercado comum, as leis dos Estados-Membros e particularmente o regime de tributação. (UEMOA, 2015).

Em resumo, a União busca criar as condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social dos Estados-Membros, por meio da harmonização das políticas econômicas, integração dos mercados internos, políticas setoriais, nas principais áreas da economia, criação de um espaço empresarial e de exportação, criação de zona preferencial de comércio, união monetária, integração regional, união fiscal, união aduaneira, comércio internacional, mediante área de livre comércio e participação da sociedade civil. (UEMOA, 2015).

ANÁLISE DE INDICADORES SOCIAIS DOS ESTADOS MEMBROS – GUINÉ BISSAU

Iniciemos nossa análise com o quadro da realidade social, no que se refere a índice do desenvolvimento humano a partir de dados expetativa de vida ao nascer. A tabela a seguir leva em consideração a posição dos países da UEMOA. O país melhor posicionado é o Senegal, com o índice de desenvolvimento humano de 0,485. Sua expetativa de vida ao nascer é de 63,6. Na segunda posição, ficou Benin, outra ex-colônia da França, com um índice de desenvolvimento humano de 0,476. Sua expetativa de vida é de 59,5. Já a Guiné-Bissau, possui o índice de desenvolvimento humano baixo entre os países da UEMOA 0,396. Sua expetativa de vida ao nascer é de 54, superando apenas o Níger, último classificado, com IDH de 0,337.

Tabela 2- Indicadores do IDH dos países da UEMOA (2015).

Países da UEMOA	IDH-2014 2014	Expetativa de Vida
Benin	0,476	59,5
Burquina Fasso	0,396	56,7
Costa do Marfim	0,452	51,1
Guiné-Bissau	0,396	54,5
Mali	0,407	55,4
Níger	0,337	58,9
Senegal	0,485	63,6
Togo	0,473	56,9

Fonte*: African Economic* (2014), elaborada pelo autor deste trabalho.

A República do Senegal, melhor posicionado, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi ex-colônia da França. Localiza-se na parte ocidental do continente africano, banhado pelo oceano Atlântico. Sua população está dividida em vários grupos linguísticos e culturais. A

República de Benin, segundo posicionado, foi outra ex-colônia da França e realizou suas primeiras eleições no início dos anos 1990. Sua população é composta por de mais de vinte grupos socioculturais, com suas línguas e tradições.

Já a República da Guiné-Bissau penúltima posicionada pelo seu grau de desenvolvimento humano, tem um histórico de instabilidade política desde a sua independência e nenhum presidente eleito conseguiu completar um mandato completo de cinco anos devido sucessivo golpes de Estado. Seu índice é um dos mais baixos da África e dos países membros da UEMOA. Um dos fatores que explicam o baixo desenvolvimento, além da desgovernarão da elite, tem a ver com a herança negativa da colonização portuguesa, o peso do partido único e o conflito militar de 7 de Junho de 1998.

No campo de Educação Básica, na Guiné-Bissau, o índice de alfabetização foi estimado em 79,7% para meninos e 68,9% para as meninas, de quinze a vinte e quatro anos. Na faixa etária de com mais de quinze anos, Guiné-Bissau situa-se na segunda posição. Em termos de classificação, de quinze a vinte e quatro anos, Guiné-Bissau fica na terceira posição entre os países da UEMOA. A República de Benin apresenta o índice de alfabetização de 94,2% para meninos e 97,9% para as meninas, posicionado em primeiro lugar no computo geral, na faixa de escolaridade de quinze a vinte e quatro anos, seguido de Togo. Já na faixa etária, com mais de quinze anos de idade, Benin é penúltimo posicionado.

Tabela 3- Indicadores de Educação Básica (2014).

Países da UEMOA	Pessoas com mais de 15 anos		Pessoas entre 15-24 anos	
	Masculino	**Feminino**	**Masculino**	**Feminino**
Benin	40,6	18,4	94,2	97,9
Burquina Fasso	36,7	21,6	46,7	33,1
Costa do Marfim	51,6	30,5	58,3	38,8
Guiné-Bissau	69,8	43,9	79,7	68,9
Mali	57,4	35,3	56,3	39,0
Níger	61,3	41,4	34,5	15,1
Senegal	66,3	40,4	70,0	59,0
Togo	74,1	48,0	86,9	72,7

Fonte: *African Economic* (2014), elaborada pelo autor deste trabalho.

Na área da saúde, no quadro sub-regional, a República de Senegal apresenta-se menor índice de mortalidade infantil, nos quatro anos seguintes, com 66 mortes em 2010, 62 em 2011, 58 em 2012 e 55 em 2013, seguido de Benin, com menor índice (96, 92, 89, 85). Na Guiné-

Bissau, a prevalência de mortalidade infantil é de 136 mortes em 2010, 132 em 2011, 128 em 2012 e 124 em 2013. A pesar de redução de casos de mortalidade infantil, nos últimos anos, os indicadores ainda são altíssimos, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 - A taxa de mortalidade infantil nos países da UEMOA

Países	2010	2011	2012	2013
Benin	96	92	89	85
Burquina Fasso	108	102	102	98
Costa do Marfim	109	106	103	100
Guiné-Bissau	136	132	128	124
Mali	137	132	128	123
Níger	124	116	110	104
Senegal	66	62	58	55
Togo	93	90	88	85

Fonte: Banco Mundial (2015), elaborado pelo autor deste trabalho.

Segundo Paulo e Jao (1996), em Guiné-Bissau, o sistema de planejamento e gestão de saúde guineense ainda é muito deficiente devido à falta de recursos humanos. Não existe um sistema de avaliação das necessidades e das prioridades. Os programas de saúde dependem de recursos externos, normalmente mal geridos e insuficientes, a pesar de programas financiados e executados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), no quadro de ajustes estruturais neoliberais, nos anos 1990, os resultados concretos foram insuficientes para melhorar as condições de saúde da população guineense.

De acordo com African Economic (2013), em Guiné-Bissau apenas 6,3 PIB é canalizado para saúde, no ano de 2009. No mesmo período, havia 59 profissionais de saúde para cem habitantes, no país. Os casos de malária ainda são preocupantes, sendo uma das causas de mortalidade infantil.

ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICOS DOS ESTADOS MEMBROS-GUINÉ BISSAU

No campo econômico, a República do Costa do Marfim apresenta uma perspectiva per capita mais satisfatória dos oito países da União, com 1,249,61. Na segunda colocação fica o Senegal com 1,098,90. O PIB per capita da Guiné-Bissau estagnou-se desde 2008. Para FMI, o crescimento do PIB real per capita manteve-se estagnado devido à guerra civil de 1998-1999, também associado ao golpe de 12 de Abril de 2012. A instabilidade política tem sido prejudicial ao crescimento econômico e investimentos públicos. A tabela a seguir apresenta, grosso modo, o PIB per capita da Guiné-Bissau no contexto da UEMOA.

Tabela 5- PIB per capita dos países da UEMOA

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Benin	742,73	714,40	690,86	746,83	750,993	805,12
Burquina Fasso	573,61	587,05	587,05	671,06	678,74	720,39
Costa do Marfim	1,249,77	1,218,19	1,218,12	1,207,83	1,256,40	1,403,338
Guiné-Bissau	572,32	533,841	535,14	680,11	577,52	557,33
Mali	668,18	662,84	674,95	741,21	702,94	723,44
Níger	382,36	368,27	378,20	410,91	415,50	451,61
Senegal	1,098,90	1,020,60	998,92	1,077,96	1,023,27	1,047,53
Togo	530,17	516,10	504,18	580,85	589,79	638,25

Fonte: FMI (2013), elaborado pelo autor deste trabalho.

Para o FMI, a Guiné-Bissau tem estado presa numa armadilha de fragilidade através de sucessivo golpe de Estado, o que tem estagnado o desempenho econômico do país ha mais de duas décadas. Ainda segundo FMI.

> As estimativas baseadas em pressupostos raçoáveis sobre o crescimento revelam que, considerando apenas o período do pós-guerra, na ausência de instabilidade política crónica, o PIB real per capita da Guiné-Bissau poderia ser sido, no mínimo, dois terços superiores ao seu nível de 2013, na ordem de 557,33. Assume-se, nesse contexto, a importância crucial da reforma do sector da segurança e de defesa, entre outras reformas que pudesse melhorar o nível da governação e alterasse a de rendas per capita. Também demonstra que o custo atual estimado da reforma do sector da segurança é comparativamente modesto, uma vez que opõem em perspectiva seus custos monetários para sua concretização. (FMI, 2013, p. 14).

A questão da reforma de sector de defesa e segurança é colocada pelo FMI como desafio para o aumento da renda per capita. Segundo Teixeira, em Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil é muito presente em todas as instâncias do governo, pois o

poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer o controle civil sobre eles. De 1994, até realização das últimas eleições multipartidárias em 2014, o país teve vários levantamentos militares, dos quais, muitos são golpes de Estado. (TEIXEIRA, 2015).

No campo econômico, apesar das instabilidades, os dados revelam um crescimento forte da Guiné-Bissau em torno de 4,4% em 2010 e 5,4% em 2011 num contexto marcado pelo assassinato do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Tagme Na Waie e do ex-presidente João Bernardo Vieira, assassinados em Março de 2009. O mesmo ocorreu em 2011, com o processo de transição da Guiné-Bissau para o regime civil em 2010, quando se assistiu uma nova tentativa de golpe de Estado, desta vez contra o primeiro ministro Carlos Gomes Junior que culminou na deposição de seu governo em 12 de Abril de 2012.

Tabela 6 – A taxa de crescimento econômico nos países da UEMOA em % 2015.

Países	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Benin	5,01	2,6	2,5	3,3	5,3	5,6
Burquina Fasso	5,8	2,9	8,4	6,6	6,4	6,6
Costa do Marfim	2,5	3,2	2,00	-4,3	10	8,7
Guiné-Bissau	3,2	3,3	4,4	5,4	-2,2	0,3
Mali	4,9	4.4	5,8	2,7	0,02	1,7
Níger	9,6	-0,7	8,3	2,2	11,8	4,5
Senegal	3,6	2,4	4,1	1,6	3,3	3,4
Togo	2,3	3,5	4,0	4,7	5,9	5,4

Fonte: FMI (2013), elaborado pelo autor deste trabalho.

De acordo com a tabela, Níger teve um crescimento mais significativo em seis anos consecutivos. Esse crescimento chegou a 11% em 2012. Na segunda colocação ficou Burquina Fasso, cujo crescimento chegou 8% em 2010, apesar de uma queda de 4% em comparação ao ano 2009 a 2,9%. Comparando com Senegal, nos seis últimos anos (2008, 2009, 2010, 2012, 2013), que não conheceu golpes de Estado, Guiné-Bissau teve um crescimento maior. Todavia, Senegal apresenta maior divida externa em quatro anos entre os países da UEMOA. Em 2013 cifrou em 68,5% e em 2014 67,2%, 2015. Constatamos o mesmo crescimento da divida, entre os anos de 2015 e 2016, em torno de 65,8% e 79,9%, respetivamente. Essa percentagem é igualmente menor quando comparado com a Guiné-Bissau, cerca de 20% em 2013, com uma ligeira queda 22,1% e em 2014 e 2015, passando para 38,1% em 2016.

A tabela, a seguir, sintetiza dos indicadores da dívida externa da Guiné-Bissau, de 2013 a 2016, entre os países da UEMOA.

Tabela 7 - Indicadores da dívida externa dos países da UEMOA

Países	Total da dívida pendente (como % PIB)			
	2013	2014 (e)	2015 (p)	2016 (p)
Benin	16,2	15,9	15,4	17,5
Burquina Fasso	22,5	23,3	25,1	22,6
Costa do Marfim	45,6	41,1	38,1	37,1
Guiné-Bissau	22,7	22,1	22,0	38,1
Mali	26,8	28,1	29,7	31,9
Níger	55,3	56,8	61,7	63,3
Senegal	68,5	67,2	65,8	79,9
Togo	17,4	19,4	20,2	21,6

Fonte: *African Economic* (2014), elaborado pelo autor deste trabalho.

De forma geral, os dados acima traçam um quadro menos positivo para Guiné-Bissau. O índice do desenvolvimento humano é um dos mais baixos da região (0,396). A média do analfabetismo acompanha o índice do desenvolvimento humano (79,7% para meninos 68,9% para meninas, da faixa etária com mais de 15 anos e 15-24 anos). O mesmo se verificou com a taxa de mortalidade infantil: 138 mortes em 2010, baixando em 2011 para 132 mortes, 128 em 2012 e 124 em 2013, em mil nascidos. No que se referem aos indicadores econômicos, os dados mostram que os conflitos têm afetado o crescimento. Em 2008, por exemplo, Guiné-Bissau ficou na sexta colocação, com uma ligeira vantagem sobre Togo e Costa do Marfim. Esta vantagem se explica pelo endividamento externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, procurou-se analisar a integração social e econômica da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Iniciou-se estudo com a apresentação e caracterização social, política e histórica da Guiné-Bissau para contextualizar o objeto da nossa pesquisa. Em seguida, fizemos uma análise histórica do debate travado entre integracionistas e independentistas sobre o Pan-africanismo e a Unidade Africana. O efeito desse debate levou em consideração argumentos culturais, econômicos e políticos ocorridos na África e nas diásporas em termos da unidade, nos anos 1960.

Após independência, nos anos 1980, iniciou-se o processo de liberalização do mercado nacional ao capital internacional segundo as diretrizes das agencias internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) que exigiram a liberalização como condição para concessão de créditos para os países africanos. É nesse contexto que surge a UEMOA, com proposito de facilitar a integração e o desenvolvimento social e econômico regional. A UEMOA surgiu em 1994, mas a Guiné-Bissau só aderiu a organização três anos depois, em 1997, após a realização de suas primeiras eleições multipartidárias.

Apesar de integração da Guiné-Bissau na UEMOA, no quadro da globalização, o desenvolvimento social e econômico é um dos mais baixos da região com o aumento de instabilidade política, golpes de Estado, conflitos e desigualdades sociais, particularmente no ano 2014, onde os indicadores do desenvolvimento humano (IDH) ocupa penúltima colocação comparando com as posições dos restantes países da UEMOA.

No campo macroeconômico, como acabamos de observar, coloca a Guiné-Bissau na penúltima posição entre os países da sub-região. Os sucessivos conflitos internos tem tido consequências negativas no processo de integração social e econômica na sub-região. Isso afetou os indicadores durantes seis anos (2008, 2009, 2010, 2011, 2012,2013). Concluímos então que o desenvolvimento social desenvolvimento econômico são dois fatores fundamentais para diminuição dos conflitos e promoção de melhores condições de vida na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, Coleção Kacu Martel, Vol. 10, 1996.

AUGEL, Moema Parente**.** *O Desafio do Escombro***:** Nação, Identidade e Pós-Colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

BENOT, Yves. *Ideologias das Independências Africanas*. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira, revista pelo autor, Paris: Sá da Costa Editora, 1996.

COSTA, Luís Da et al. O *Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau*. Bissau. Guiné-Bissau: Editor: João José Hugo Monteiro, INEP, 1996.

FERNANDES, Joel Aló**.** *A integração econômica como estratégia de desenvolvimento do continente africano*: proposta de fusão entre a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental. (UEMOA) Tese (Mestrado)- Centro de Ciências Jurídicas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em

FERNANDES, Lito Nunes. *Economia política da integração regional na África Ocidental:* a União Econômica e Monetária do Oeste africano (EUMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36098/000817469.pdf?sequence=1. Acesso 20/02/2017.

FERNANDES, Lito Nunes. *Fundamentação Teórica da Integração Regional e sua Importância para os Ped***.** Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 3, n. 1-2, 2012. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/politica/article/viewFile/21379/21568. Acesso 02/02/2017.

FERREIRA, Emanuel Ennes. *Integração econômica em África*: Poder e Identidade. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf. Acesso 24/08/2016.

Guiné-Bissau. Documento de estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP), 2005. Disponível em: http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf. Acesso 26/06/2017.

_____. *III Recenseamento Geral da População e Habitação* 2009. Disponível em: http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/Dados.pdf. Acesso 18/10/2016.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. África na sala de aula: visita à história contemporânea. - 4. Ed. – São Paulo: Selo Negro, 2008.

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christhophe Wondji. – Brasília: UNUSCO, 2010. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256por.pdf. Acesso 15/10/2016.

*História População da Guiné-Bissau***.** Disponível em: **http://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau.** Acesso 28/09/2016.

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89826/241205.pdf?sequence=1&isAllowed=y acesso 10/02/2017.

MENDY, Peter Karibe; KOUDAWO, Fafali. *Pluralismo Político na Guiné-Bissau***:** uma transição em curso**.** *Bissau*. Guiné-Bissau, Outubro de 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social*: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso 11/07/2017.

NKRUMAH, Kwame. *Luta de Classes na África*. 1ª Edição. 2016.

PAIM, Márcio. *Pan-africanismo*: tendências políticas, Nkrumah e a crítica do livro Na Casa De Meu Pai. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VII, NºXIII, Julho/2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/viewFile/88952/91815. Acesso 20/04/2017.

PEREIRA, João Mendes. *Direito Comunitário Material e Integração Sub-Regional*: Contributo para o Estudo das Mutações no Processo de Integração Económica e Monetária na África Ocidental. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas – Econômicas) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa: 2012. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10977/1/ulsd068166_td_Joao_Pereira.pdf. Acesso 01/03/ 17.

*Regionalismo e integração económica em África***.** Disponível em: http://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_4_6.pdf. Acesso 02/02/2017.

RODRIGUES, Júlio. *A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA*): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013). 2016. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2016. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147369/000998524.pdf?sequence=1. Acesso 06/05/2017.

SILVA, André Luiz Reis. *África contemporânea*: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005). Disponível em: http://www4.fapa.com.br/monographia/artigos/1edicao/artigo1 Acesso 01/03/17.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau*: as relações entre a sociedade civil e o estado. Recife: Editora UFPE, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003. Disponível em: http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf. Acesso 15/07/2017.

UEMOA. *Descrição da Unidade curricular- a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).* Disponível em: http://pt.reingex.com/UEMOA-Uniao-Economica-e-Monetaria-do-Oeste-Africano.asp. Acesso 11/07/2017.

_____. *Os órgãos da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA).* Disponível em: http://www.uemoa.int/fr/les-organes-de-luemoa. Acesso 11/07/2017.

_____. *Tratado Modificado da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA*). Disponível em: http://www.uemoa.int/fr/le-traite-modifie. Acesso 10/01/2017.